

ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO

## Edital 20/2026

### Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	180183-ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO	KATIA CRISTINA PAIVA GUIMARAES	05/05/2026 09:19 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00175330/2026-21

### 1. PREGÃO ELETRÔNICO 90013/2026

### CONTRATANTE (UASG)

180183

### OBJETO

Aquisição de Medalhas Comemorativas para Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC

### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

### SIGILOSO

### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **26/05/2026** às **09h30** (horário de Brasília)

### Critério de Julgamento:

*menor preço / por grupo*

### Modo de disputa:

*aberto*

### PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - DTIC**  
**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90013/2026**  
**(Processo Administrativo nº 057.00175330/2026-21)**

Torna-se público que a *Polícia Militar do Estado de São Paulo*, por meio da *Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC*, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de Medalhas Comemorativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por mais de um item, conforme definido no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

**3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as

microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para grupo de itens, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.10), nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.5.2. Considerando o valor estimado do grupo objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte

e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

4.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Fabricante;

5.1.3. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei

Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 1,00 (um real).

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de

classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles

previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;



- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- 7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- 7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
- 7.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.
- 7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.9.1. O licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.2. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio em subdivisão do item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.2.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral

emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do SICAF, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante

cujas propostas atendam ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [dticsoc@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:dticsoc@policiamilitar.sp.gov.br).

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
- 12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
- 12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
- 12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando:
  - 12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;
- 12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 12.2.1. advertência;
  - 12.2.2. multa;
  - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
  - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo, conforme Resolução SSP-05/2026, de 02 de março de 2026.
  - 12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.
- 12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de

direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [dticsoc@policiamilitar.sp.gov.br](mailto:dticsoc@policiamilitar.sp.gov.br).

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no sítio eletrônico na Internet [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br), sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

### **14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.1.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

14.2.1.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

14.2.1.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

14.2.1.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação

jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.1.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

14.2.1.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

14.2.1.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.1.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

14.2.1.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

14.2.1.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.3. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do



interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

14.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br).

14.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.16.2. ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar;

14.16.3. ANEXO III – Minuta de Nota de Empenho;

14.16.4. ANEXO IV – Modelo referente a planilha de proposta;

14.16.5. ANEXO V – Modelo de Declaração.

## 2. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**ARONY APARECIDO LOPES**

Subscritor de Edital



*Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 09:19:59.*

## ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO

## Termo de Referência 37/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2026	180183-ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO	MAURICIO TRUDES DE AGUIAR	28/04/2026 17:42 (v 0.20)
Status			
DISPONIBILIZADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00175330/2026-21

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Medalhas Comemorativas da DTIC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	1	Medaha "Cel PM Antônio Moreira Soares de Azevedo"	5773644	UNIDADE	90
	2	Medalha "Cinquentenário do Centro de Processamento de Dados"	5773644	UNIDADE	90
	3	Medalha "Mérito de Telecomunicações - Cel PM Manoel de Jesus Trindade"	5773644	UNIDADE	60

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br ou BEC e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência, conforme segue:

1.1.1.1. Kit Medalha "Cel PM Antônio Moreira Soares de Azevedo":

1.1.1.1.1. Frente: Broquel de prata com 35mm de diâmetro. Apresenta ao centro a efígie do Coronel PM Azevedo, com a data "1948" à direita e "2012" à esquerda. Na base do busto, consta a inscrição em latim "novatione me est evolvere". É orlada por dois ramos de carvalho em relevo.

1.1.1.1.2. Verso: Contém o Brasão de Armas da Polícia Militar do Estado de São Paulo ao centro. Possui a legenda "POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO" na parte superior e a data de criação da instituição "15-XII-1831", na base, orlada por uma coroa de louros.

1.1.1.1.3. Fita: Fita de seda com 35mm de largura, composta pelas cores preta (2mm), branca (2mm), vermelha (1mm), púrpura (6mm) e branca (23mm). Na parte superior da fita, há uma fênix de prata incrustada.

1.1.1.1.4. demais acessórios contendo 1 mini-medalha, 1 barreta, 1 roseta e 1 caixa de veludo, conforme imagem abaixo:



1.1.1.2. Kit Medalha "Cinquentenário do Centro de Processamento de Dados":

1.1.1.2.1. Frente: Medalha de prata em forma de resplendor de dezesseis raios (oito maiores e oito menores), simbolizando a difusão do conhecimento. No centro, há um archote inflamado com as iniciais "CPD" acima e os anos "1937 - 1987" abaixo.

1.1.1.2.2. Verso: Apresenta, no centro do disco, o Brasão de Armas da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

1.1.1.2.3. Fita: Possui 35mm de largura com as cores azul, preto e verde (7mm cada), separadas por filetes brancos de 2mm e orladas pelas cores paulistas (preta, branca e vermelha) nas extremidades (5mm de cada lado).

1.1.1.2.4. demais acessórios contendo 1 mini-medalha, 1 barreta, 1 roseta e 1 caixa de veludo, conforme imagem abaixo:





#### 1.1.1.3. Kit Medalha "Mérito de Telecomunicações - Cel PM Manoel de Jesus Trindade":

1.1.1.3.1. Frente: Circunferência de bronze com 35mm de diâmetro. Exibe ao centro o Símbolo das Telecomunicações, cercado pela legenda "Cel Manoel de Jesus Trindade" e orlada por uma coroa de louros. Abaixo, um listel contém a inscrição "Mérito de Telecomunicações".

1.1.1.3.2. Verso: Traz o Brasão de Armas da Polícia Militar centralizado, contornado pela legenda "Polícia Militar do Estado de São Paulo" e a data "15-XII-1831" na parte inferior.

1.1.1.3.3. Fita: Fita branca de 34mm de largura. No lado esquerdo, possui duas listas (verde e amarela) e, no lado direito, duas listas (vermelha e azul), todas com 1mm de largura.



1.1.1.3.4. demais acessórios contendo 1 mini-me dalha, 1 barreta, 1 roseta e 1 caixa de veludo, conforme imagem abaixo:



1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

### **Subcontratação**

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE**

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2025,

2.3. conforme detalhamento a seguir:

2.4. I) ID PCA no PNCP: 46377800000127-0-000175/2026.

2.5. II) Data de publicação no PNCP: 05/12/2025.

2.6. III) ID do item no PCA: 186, 187 e 188.

2.7. IV) Classe/Grupo: 8455 – DISTINTIVOS E INSÍGNIAS.

2.8. V) Identificados da Futura Contratação: 180183-45/2026.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução visa suprir a demanda de reposição de estoque das medalhas institucionais da DTIC, oferecendo condecorações de alta durabilidade e rigor heráldico, adequadas aos decretos de instituição de cada honraria, substituindo o estoque baixo e garantindo a continuidade das solenidades e atos de reconhecimento da Polícia Militar de São Paulo.

3.3. O objeto a ser fornecido deverá ser de fabricação nova, compreendendo o fornecimento e entrega de medalhas em metal (prata ou bronze conforme a descrição), pendentas de fitas de gorgorão de seda chamalotada, acompanhadas de seus respectivos complementos (estojos, miniaturas, barretas e rosetas).

3.4. O conjunto deverá possuir as seguintes características técnicas obrigatórias conforme o modelo:

#### **Medalha Cel PM Antonio Moreira Soares de Azevedo:**

Medalha com fita.

Além de conter: 1 mini-medalha, 1 barreta, 1 roseta e 1 caixa de veludo.

### **Medalha Cinquentenário do Centro de Processamento de Dados:**

Medalha com fita.

Além de conter: 1 mini-medalha, 1 barreta, 1 roseta e 1 caixa de veludo.

### **Medalha Mérito de Telecomunicações - Cel PM Manoel de Jesus Trindade:**

Medalha com fita.

Além de conter: 1 mini-medalha, 1 barreta, 1 roseta e 1 caixa de veludo.

**Garantia:** Mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, oxidação ou desprendimento de componentes.

3.5. A entrega abrangerá o descarregamento e a disponibilização do material em local indicado pela Administração, devendo o fornecedor assegurar que o transporte ocorra em embalagens individuais (estojos) para evitar danos, riscos nos metais ou desfiação das fitas.

3.6. O fornecedor deverá observar a prevalência das disposições deste Termo de Referência sobre a descrição do catálogo (CATMAT) do sistema Compras.gov.br, em caso de eventuais divergências.

3.7. O produto ofertado deve ser estritamente funcional e representativo da honraria, não se enquadrando como bem de luxo, em observância ao Art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e aos Decretos Estaduais vigentes. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, sendo a licitante vencedora a única responsável pelo cumprimento integral das especificações e prazos estabelecidos.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade inerentes ao objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. **Procedência e Qualidade dos Materiais:** Os metais utilizados (prata e bronze) devem ser provenientes de processos que utilizem ligas metálicas com potencial de reciclagem. As fitas de gorgorão de seda chamalotada devem ser produzidas com corantes que minimizem o impacto ambiental, evitando substâncias tóxicas.

4.1.2. **Atoxicidade e Segurança:** Os processos de banho e esmaltagem dos acessórios (como a fênix de prata e o símbolo das telecomunicações) devem ser isentos de metais pesados em concentrações prejudiciais à saúde do usuário.

4.1.3. **Eficiência no Transporte e Embalagem:** Cada conjunto (medalha, miniatura, barreta e roseta) deve ser acondicionado em seu respectivo estojo, utilizando preferencialmente materiais recicláveis ou biodegradáveis na embalagem externa de transporte, visando a redução de resíduos sólidos.

4.1.4. **Durabilidade e Ciclo de Vida:** As medalhas devem apresentar alta resistência à oxidação e ao desbotamento das fitas. A durabilidade é um requisito essencial para garantir que a honraria preserve sua integridade estética ao longo dos anos, evitando substituições precoces e otimizando o recurso público.

4.1.5. **Conformidade Ética e Social:** O fornecedor deve assegurar que em nenhuma etapa da produção houve a utilização de mão de obra infantil ou em condições análogas à escravidão.

#### **Da exigência de amostra(s)**



4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, para fins de verificação da conformidade com as descrições heráldicas dos decretos vigentes, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra física.

4.2.1. A amostra deverá ser composta por 01 (um) exemplar completo da medalha solicitada (incluindo estojo, miniatura, barreta e roseta).

4.2.2. O fornecedor deverá entregar a amostra na **Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)**, aos cuidados do Setor de Comunicação Social, situada na Av. Cruzeiro do Sul, 260 - 6º Andar, Sala 628 - Canindé - São Paulo/SP, para análise da Comissão Técnica.

4.2.3. A análise técnica verificará os seguintes critérios objetivos:

- **Fidelidade Heráldica:** Precisão das efígies (Cel PM Azevedo), símbolos (Archote, Símbolo das Telecomunicações), e detalhes completos no reverso.
- **Qualidade do Metal e Tecido:** Ausência de rebarbas nos metais e verificação da qualidade da trama da fita de gorgorão e das cores (conforme os milímetros especificados nos Decretos).
- **Acabamento dos Acessórios:** Verificação da fixação da fênix de prata (Medalha Azevedo) e dos dispositivos de fixação das barretas e rosetas.

4.2.4. A incompatibilidade técnica da amostra com as descrições heráldicas dos Decretos Estaduais resultará na desclassificação da proposta.

4.2.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- Medalha Cel PM Antonio Moreira Soares de Azevedo;
- Medalha Cinquentenário do CPD;
- Medalha Mérito de Telecomunicações – Cel PM Manoel de Jesus Trindade.

### **Equivalência Técnica**

4.3. Variações dimensionais mínimas (até 2%) em relação aos 35mm de diâmetro poderão ser admitidas, desde que não prejudiquem a legibilidade das inscrições e a proporção dos símbolos heráldicos. 4.4. O modelo apresentado na fase de amostra deverá corresponder exatamente ao produto entregue em lote, sendo vedada a substituição por materiais de qualidade inferior ou fitas sintéticas que não atendam ao padrão de seda chamalotada exigido. 4.5. Eventuais divergências de tonalidade nas fitas decorrentes de diferentes lotes de tingimento serão analisadas pela DTIC, que poderá rejeitar o material caso a variação comprometa a identidade visual padrão da honraria.

### **Garantia da contratação**

4.6. Não haverá exigência de garantia da contratação (caução), sem prejuízo da garantia legal e contratual do fabricante de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação ou oxidação precoce.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. **Prazo e Local:** O prazo para entrega total das medalhas institucionais é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados da data de emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

5.2. **Remessa:** A entrega deve ser em remessa única, contemplando o fornecimento completo dos conjuntos (medalha, estojo, miniatura, barreta e roseta), incluindo embalagem protetora e transporte até o destino final.

5.3. **Local e Horário:** Os bens deverão ser entregues na Divisão Administrativa da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), situada na Av. Cruzeiro do Sul, 260 - 6º Andar, Sala 628 - Canindé - São Paulo/SP. O atendimento ocorre em dias úteis, das 08:30h às 17:30h.

5.4. **Agendamento:** É obrigatório o agendamento prévio com antecedência mínima de 48 horas pelo e-mail: **dticp5@policiamilitar.sp.gov.br**.

5.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado pela Administração, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

### **Garantia e Assistência Técnica**

5.6. **Vigência:** O prazo de garantia é de 12 (doze) meses, a partir da data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. **Abrangência:** A garantia deve assegurar a integridade do banho metálico (prata ou bronze), a fixação das cores das fitas de seda chamalotada (evitando desbotamento) e a resistência dos acessórios (rosetas, barretas e dobradiças dos estojos), sem ônus adicional para a Polícia Militar.

5.8. **Substituição de Itens com Defeito:** Comendas que apresentarem sinais de oxidação precoce, descascamento do metal, desfiamento prematuro das fitas ou defeitos nos dispositivos de fixação das barretas e rosetas deverão ser substituídas por itens novos, com rigorosa observância das mesmas especificações heráldicas originais.

5.9. **Prazo de Reposição:** Uma vez notificada sobre a existência de vício ou defeito de fabricação, a contratada terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para realizar a substituição integral do item defeituoso, sem qualquer custo logístico para a Administração.

5.10. **Custos Logísticos:** Todo o custo de transporte para retirada e devolução de materiais em garantia corre por conta exclusiva da Contratada.

5.11. **Descumprimento:** Caso a substituição não ocorra no prazo estabelecido, a Administração poderá aplicar as sanções previstas no contrato e no Termo de Referência, sem prejuízo da validade da garantia original.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização e das estratégias para execução do objeto.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução para garantir que as medalhas institucionais atendam rigorosamente aos requisitos de heráldica, qualidade do metal (prata ou bronze), trama das fitas chamalotadas e acabamento dos acessórios (miniaturas, barretas, rosetas e estojos) estabelecidos.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.7.2. **Acompanhamento:** O fiscal verificará se as efígies, símbolos (como o archote do CPD ou a fênix da Medalha Azevedo) e dimensões das fitas estão em estrita conformidade com os Decretos Estaduais de instituição de cada honraria.

6.7.3. **Registro de Ocorrências:** Todas as faltas (ex: oxidação precoce, erro de grafia nas inscrições latinas, desfiamento de fitas ou defeitos nos estojos) serão anotadas para fins de regularização.

6.7.4. **Medidas Preventivas:** O fiscal técnico poderá suspender a aceitação do objeto caso identifique que as comendas entregues apresentam defeitos de acabamento ou não correspondem exatamente à amostra aprovada na fase de licitação.

6.7.5. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência.

### **Fiscalização Administrativa**

6.8. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento e as garantias contratuais.

6.8.1. **Habilitação e Pagamento:** O fiscal administrativo verificará se a empresa mantém as certidões negativas e condições de habilitação antes de liberar o pagamento do lote de medalhas.

6.8.2. **Obrigações Sociais:** Sempre que solicitado, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei (deficientes e aprendizes), nos termos do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica e administrativa, visando ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato.

6.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, com base nos indicadores de qualidade e fidelidade heráldica aferidos pela fiscalização técnica.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução do objetivo de reposição do estoque da DTIC e o impacto positivo no cronograma de solenidades e reconhecimento institucional da Unidade.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

#### **Recebimento**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações heráldicas dos Decretos Estaduais (metais, fitas e acessórios).

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência ou nos Decretos de instituição, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação detalhada da fidelidade heráldica, quantidade e conformidade dos materiais (medalhas, miniaturas, barretas e rosetas).

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição técnica do material.

#### **Liquidação**

7.5. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, prorrogáveis por igual período quando houver necessidade de diligências (conforme Decreto estadual nº 67.608/2023).

7.5.1. O prazo de liquidação será reduzido à metade (05 dias úteis) no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite do inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Para fins de liquidação, o setor competente verificará se a nota fiscal expressa os elementos essenciais, tais como: prazo de validade, data de emissão, dados do contrato, descrição das medalhas e valor a pagar.

7.7. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal (Sicaf ou sítios eletrônicos oficiais).

#### **Prazo de Pagamento**

7.8. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal, desde que finalizada a liquidação da despesa (Art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608/2023).

7.9. No caso de atraso pelo Contratante, os valores serão atualizados monetariamente e incidirão juros moratórios de 0,5% ao mês, calculados pro rata temporis.

#### **Forma de Pagamento**

7.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para depósito em conta corrente no Banco do Brasil S/A.

7.11. Constitui condição para o pagamento a inexistência de registros em nome do Contratado no Cadin estadual (Lei estadual nº 12.799/2008).

7.12. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos abrangidos por aquele regime, desde que apresente comprovação oficial.

#### Antecipação de Pagamento

7.13.

Vedação:

Não será permitida a antecipação de pagamento em nenhuma hipótese. O pagamento ocorrerá exclusivamente após a entrega e o aceite definitivo das medalhas e seus respectivos conjuntos.

## 8. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. **Procedimento:** O fornecedor será selecionado via Pregão, fundamentada no Art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. **Critério de Julgamento:** A seleção será pelo MENOR PREÇO, observando o Decreto Estadual nº 68.304/2024.

8.3. **Modo de Fornecimento:** O fornecimento das Láureas de Mérito Pessoal será efetuado em remessa única, caracterizando-se como entrega imediata para fins de reposição de estoque da unidade, conforme prazos e condições estabelecidos no item 5 deste instrumento.

#### Forma de fornecimento

8.9. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

#### Exigências de habilitação

8.10. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a) Sicafe;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
  - d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
  - e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
  - f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e
  - g) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.
- 8.11. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea “d” da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.12. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.13. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.14. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicafe, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.15. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicafe, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

8.19. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### **Habilitação jurídica**

8.20. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.21. Sociedade empresária: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.22. CNPJ: Comprovante de inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.23. Regularidade Federal: Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com efeitos de Negativa) relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais (INSS).

8.24. FGTS: Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), comprovando a situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

8.25. Justiça do Trabalho: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho.

8.26. Regularidade Estadual/Municipal: Certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal da sede do fornecedor.

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

#### Metodologia de Cálculo e Pesquisa

- 9.1. A administração utiliza a **Média** dos preços obtidos para a definição do valor de referência desta contratação.
- 9.2. A metodologia aplicada baseou-se em **Pesquisa de Campo** e consulta a fornecedores especializados em heráldica e metalurgia militar.
- 9.3. O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, em estrita observância ao disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

#### Composição do preço final

- 9.4. O preço final ofertado pela licitante deverá considerar os seguintes componentes de custo:

9.4.1. **Equipamento:** Valor da unidade de cada medalha (Cel PM Azevedo, Cinquentenário do CPD ou Mérito de Telecomunicações), incluindo o medalhão em metal (prata ou bronze, conforme o caso), a fita de gorgorão de seda chamalotada e a montagem do conjunto com seus respectivos acessórios (miniatura, barreta e roseta).

9.4.2. **Acondicionamento:** Custo do estojo individual rígido, revestido e adequado para a proteção e apresentação da honraria, garantindo a preservação estética do metal e do tecido.

9.4.3. **Frete/Logística:** Custos de transporte, carga e descarga para entrega na Av. Cruzeiro do Sul, 260 – Canindé – São Paulo/SP.

9.4.4. **Garantia:** Custos inerentes à cobertura de garantia de 12 (doze) meses contra oxidação, descascamento de banho, desbotamento de fitas ou vícios de fabricação.

9.4.5. **Tributos e Encargos:** Todos os impostos (ICMS, IPI, ISS, etc.), taxas, contribuições sociais e encargos trabalhistas, que deverão estar integralmente inclusos no preço final constante na nota fiscal.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da aquisição e instalação do bebedouro correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado de São Paulo.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (PMESP) – UGE 180183.

II) Fonte de Recursos: 150010001.

III) Programa de Trabalho: 180402.

IV) Elemento de Despesa: 33.90.30.90

10.3. Caso a entrega ou o cronograma de pagamento se estenda para o exercício financeiro seguinte, as despesas correrão por conta das dotações a serem consignadas na respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA), mediante simples apostila, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021.

São Paulo, 09 de abril de 2026.

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MAURICIO TRUDES DE AGUIAR**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 17:42:00.*



## ESP-DIRETORIA TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO

## Estudo Técnico Preliminar 52/2026

### 1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00175330/2026-21

### 2. Descrição da necessidade

**2.1. Finalidade e Motivação:** A contratação visa a reposição do estoque das medalhas institucionais "Cel PM Antonio Moreira Soares de Azevedo", "Cinquentenário do CPD" e "Mérito de Telecomunicações", destinadas a galardoar personalidades e militares que contribuíram decisivamente para o avanço da Tecnologia da Informação e Comunicação na Polícia Militar.

**2.2. Situação Atual do Estoque:** O estoque disponível destas honrarias (incluindo medalhas, miniaturas, barretas e rosetas) encontra-se em nível crítico e baixo, sendo insuficiente para suprir as demandas do calendário de solenidades de 2026 e as concessões previstas em decreto.

**2.3. Impacto Organizacional:** A falta destes itens impossibilita o reconhecimento formal do mérito e o cumprimento dos Decretos Estaduais de instituição das comendas. Em um ambiente de alta complexidade técnica, a ausência de estoque gera um hiato no ciclo de valorização profissional, prejudicando o moral dos especialistas e a preservação da memória institucional da DTIC.

**2.4. Alinhamento Estratégico:** A entrega oportuna destas medalhas reforça o vínculo do militar com os valores de vanguarda da Unidade. O reconhecimento é uma ferramenta estratégica de gestão para a retenção de talentos em uma área técnica altamente competitiva, premiando a eficiência operacional e a inovação tecnológica.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Comunicação Social da DTIC	Maurício Trudes de Aguiar

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1. Requisitos Técnicos e de Qualidade:

**4.1.1. Fidelidade Heráldica:** Os itens devem seguir rigorosamente as especificações dos Decretos Estaduais de instituição (Decretos nº 63.364/18, nº 57.217/11 e nº 51.125/06), respeitando diâmetros (35mm), efígies, símbolos (Archote, Fênix ou Símbolo de Telecomunicações) e a composição exata das cores das fitas de seda chamalotada.

**4.1.2. Amostras:** O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostras físicas de cada uma das 3 (três) medalhas solicitadas (incluindo estojo, miniatura, barreta e roseta) para verificação de conformidade técnica, heráldica e qualidade de acabamento antes da adjudicação.

**4.1.3. Garantia:** Exigência de garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, oxidação precoce dos metais, desbotamento das fitas ou desprendimento de componentes.

## **4.2. Requisitos de Sustentabilidade:**

**4.2.1. Procedência de Materiais:** Os metais (prata e bronze) devem preferencialmente provir de processos com potencial de reciclagem. Os corantes das fitas devem observar normas que minimizem o impacto ambiental.

**4.2.2. Atoxicidade:** Os processos de banho, fundição e esmaltagem dos acessórios e medalhas devem ser isentos de metais pesados prejudiciais à saúde do usuário ou ao meio ambiente.

**4.2.3. Embalagem e Logística:** Devem ser utilizados materiais recicláveis ou biodegradáveis nas embalagens externas, otimizando o volume de transporte para reduzir a geração de resíduos sólidos no ato da entrega na Unidade.

## **4.3. Requisitos de Entrega e Gestão:**

**4.3.1. Prazo de Entrega:** 45 dias corridos após a emissão da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, em remessa única, contendo todos os conjuntos completos.

**4.3.2. Vedações:** É proibida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto, sendo a contratada a única responsável pela fidelidade heráldica do lote.

**4.3.3. Conformidade Social:** O fornecedor deve garantir que não houve utilização de mão de obra infantil ou em condições análogas à escravidão em nenhuma etapa da produção das honrarias, conforme preceitos constitucionais.

## **5. Levantamento de Mercado**

**5.1. O levantamento foi realizado através de uma estratégia mista para garantir a ampla competitividade e a baliza de preços atualizada:**

**5.1.1. Fontes Governamentais:** Utilização do painel de preços do portal *Compras.gov.br*, identificando contratações similares por outros órgãos públicos (como a Assembleia Legislativa do Acre e o Estado de Minas Gerais), adaptando-as às especificidades heráldicas da PMESP.

**5.1.2. Cotações Diretas:** Realização de pesquisa com fornecedores especializados em artigos militares (como 3Pontos e DG Brindes), considerando que o objeto possui características técnicas específicas de metalurgia e acabamento em couro que não são encontradas no varejo comum.

## **6. Descrição da solução como um todo**

**6.1.** A solução consiste na aquisição por entrega única de conjuntos de medalhas institucionais da DTIC, compreendendo as honrarias: "Cel PM Antonio Moreira Soares de Azevedo", "Cinquentenário do CPD" e "Mérito de Telecomunicações".

**6.1.1. O Objeto:** Conjunto completo composto por medalha de metal (prata ou bronze, conforme o decreto de instituição), pendente de fita de gorgorão de seda chamalotada, acompanhado de seus respectivos complementos (miniaturas, barretas e rosetas) e acondicionado em estojo rígido para preservação.

**6.1.2. Diferencial:** A solução não prevê apenas o fornecimento do material, mas a entrega de itens que atendam rigorosamente às descrições heráldicas e aos padrões de durabilidade estabelecidos pela Polícia Militar, garantindo o rigor histórico e a uniformidade visual necessária para as solenidades de valorização profissional.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades foram dimensionadas para atender à demanda da DTIC, considerando o fluxo de concessões e a necessidade de estoque reserva para as honrarias de TI e Comunicação:

- **Medalha Cel PM Antonio Moreira Soares de Azevedo:** 90 unidades
- **Medalha Cinquentenário do Centro de Processamento de Dados (CPD):** 90 unidades
- **Medalha Mérito de Telecomunicações – Cel PM Manoel de Jesus Trindade:** 60 unidades
- **Total:** 240 unidades.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

*[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Com base no Mapa de Pesquisa de Preço, o valor total estimado para a contratação é de caráter sigiloso.]*

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### 9.1. A orientação técnica é pela não divisão do objeto (lote único).

**9.1.1. Justificativa:** A padronização heráldica e visual é um fator crítico para a identidade da DTIC. Ao concentrar o fornecimento das três honrarias em um único fornecedor especializado, garante-se a uniformidade no tom dos banhos metálicos (prata e bronze), na textura das fitas de seda chamalotada e no acabamento dos estojos e acessórios. O parcelamento entre diferentes empresas elevaria o risco de variações de tonalidade e qualidade que comprometeriam o rigor institucional estabelecido nos Decretos Estaduais, além de aumentar a complexidade e os custos logísticos no processo de fiscalização técnica e recebimento do material.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não foram identificadas contratações diretamente interdependentes (onde uma dependa da conclusão da outra para funcionar). No entanto, há uma correlação lógica com a aquisição de diplomas ou certificados de outorga, que obrigatoriamente acompanham a entrega das medalhas "Cel PM Azevedo", "Cinquentenário do CPD" e "Mérito de Telecomunicações", mas que podem ser processados via material de consumo de expediente (papel diplomata/especial) já existente na unidade ou em ata de registro de preços de material gráfico.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

### 11.1. A contratação está estritamente alinhada ao Plano Estratégico da PMESP e às metas da DTIC:

**11.1.1. Valorização Profissional e Memória Institucional:** Atende ao eixo de Gestão de Pessoas e de Preservação de Memória, focando na manutenção do moral da tropa e no reconhecimento formal de personalidades e militares que contribuíram para o desenvolvimento tecnológico da Corporação.

**11.1.2. Adequação Orçamentária:** A despesa está prevista na **UGE 180183**, utilizando a **Fonte de Recursos 150010001** e **Elemento de Despesa 33.90.30.90**, demonstrando que a demanda possui lastro financeiro planejado para o exercício de 2026, em total conformidade com o cronograma de compras da Diretoria.

## **12. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

**12.1.1. Fortalecimento da Identidade Institucional:** Garante que o reconhecimento aos policiais militares e personalidades que contribuíram com a DTIC seja materializado por meio de insígnias que respeitam rigorosamente a heráldica oficial estabelecida em decreto, reforçando o simbolismo e a tradição do mérito na área de tecnologia.

**12.1.2. Eficiência Administrativa:** A aquisição das três honrarias em um único processo licitatório reduz o custo operacional de múltiplas contratações e permite a manutenção de um estoque regulador unificado, evitando a fragmentação de despesas e compras emergenciais.

**12.1.3. Retenção e Motivação:** Em um ambiente técnico e altamente especializado como a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação, o reconhecimento formal e oportuno atua como um fator estratégico de retenção de talentos e valorização do capital humano diante da alta competitividade do mercado de TI.

**12.1.4. Padronização e Qualidade do Material:** Assegura que todos os agraciados recebam itens com a mesma excelência de acabamento, metalurgia (prata e bronze) e qualidade das fitas de seda chamalotada, mantendo a uniformidade visual e o rigor estético exigido pelo Regulamento de Uniformes da Polícia Militar.

## **13. Providências a serem Adotadas**

### **13.1. Ações necessárias para que a contratação ocorra com segurança jurídica e técnica.**

**13.1.1. Análise de Amostras:** Conforme previsto neste Termo de Referência, a Administração deverá convocar o licitante classificado em primeiro lugar para apresentar amostras físicas completas (medalha, fitas, acessórios e estojo) antes da adjudicação, garantindo que o rigor heráldico e a qualidade da metalurgia correspondam às especificações dos Decretos Estaduais.

**13.1.2. Designação de Fiscalização:** Nomeação formal, via Boletim Interno, de oficial ou praça da Seção de Comunicação Social ou Divisão Administrativa para atuar como fiscal do contrato, sendo responsável por conferir a exatidão técnica e a integridade das 320 unidades (distribuídas entre as três honrarias) no ato da entrega.

**13.1.3. Verificação de Documentação Fiscal:** Certificar que a empresa vencedora mantenha a regularidade fiscal, trabalhista e técnica durante todo o processo de fornecimento, em estrita observância às exigências da Lei nº 14.133/2021.

**13.1.4. Recebimento e Armazenamento:** Preparação de local adequado na reserva de material da Unidade, garantindo ambiente isento de umidade e exposição direta à luz para o armazenamento dos estojos e das medalhas, visando evitar a oxidação precoce dos metais e o desbotamento das fitas de seda chamalotada.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

**14.1.** Considerando as diretrizes de sustentabilidade mencionadas nos requisitos da contratação e o compromisso da Administração com a preservação ambiental.

**14.1.1. Resíduos Sólidos (Embalagens):** O fornecimento das 320 unidades (medalhas e estojos) gera resíduos de papelão, papel e plásticos protetores.

- **Medida Mitigadora:** Exigir que as embalagens de transporte sejam preferencialmente de material reciclável ou biodegradável e que o descarte de tais resíduos na DTIC siga rigorosamente o plano de gerenciamento de resíduos sólidos da unidade, promovendo a destinação correta para reciclagem.

**14.1.2. Processos de Galvanoplastia e Esmaltagem:** A fabricação das medalhas institucionais e acessórios envolve banhos metálicos (prata e bronze) e processos químicos de acabamento.

- **Medida Mitigadora:** Priorizar a contratação de fornecedores que comprovem a regularidade de suas licenças ambientais e que adotem processos industriais com tratamento adequado de efluentes, mitigando o impacto químico no meio ambiente.

**14.1.3. Origem de Materiais Têxteis e Metálicos:** O uso de seda chamalotada e ligas metálicas demanda extração e processamento de recursos.

- **Medida Mitigadora:** Incentivar o uso de ligas metálicas provenientes de processos de reciclagem e o emprego de corantes atóxicos na fabricação das fitas, garantindo que o produto final seja seguro para o usuário e menos agressivo ao ecossistema.

**14.1.4. Logística e Emissão de Carbono:** O transporte do material da sede do fornecedor até o Canindé gera emissões de gases de efeito estufa.

- **Medida Mitigadora:** A exigência de remessa única (entrega total do lote) otimiza o uso de combustíveis e reduz a pegada de carbono da operação logística, em comparação ao modelo de entregas fracionadas.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A viabilidade da contratação das medalhas institucionais é demonstrada sob os prismas técnico, econômico e institucional, conforme segue:

15.1.1. **Viabilidade Técnica:** O objeto possui especificações heráldicas consolidadas por Decretos Estaduais, permitindo uma descrição precisa que garante a padronização. O mercado de metalurgia e heráldica militar é maduro e capaz de atender às exigências de qualidade (prata, bronze e seda chamalotada), havendo diversos fornecedores aptos a executar o objeto conforme as amostras exigidas.

15.1.2. **Viabilidade Econômica:** A opção pelo lote único e entrega em remessa única otimiza o valor do frete e reduz os custos administrativos de múltiplos processos licitatórios. A estimativa de custos, baseada em pesquisa de mercado, reflete valores compatíveis com a qualidade técnica exigida, garantindo o melhor custo-benefício para a Administração ao evitar substituições precoces devido à oxidação ou má qualidade de materiais.

15.1.3. **Viabilidade Institucional:** A contratação é essencial para a manutenção das tradições e do sistema de recompensas da PMESP. A disponibilidade de estoque garante que a Diretoria possa realizar solenidades de reconhecimento de forma tempestiva, reforçando a meritocracia e a valorização do capital humano em uma unidade de alta complexidade técnica como a DTIC.

15.1.4. **Conclusão de Viabilidade:** Diante do alinhamento estratégico com o Plano Geral de Metas da Corporação e da existência de dotação orçamentária específica para o exercício de 2026, a contratação mostra-se plenamente viável e oportuna, não havendo óbices técnicos ou jurídicos que impeçam o prosseguimento do certame.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MAURICIO TRUDES DE AGUIAR**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 17:46:15.*



Governo do Estado de São Paulo

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2024NE00000

UG	180183 - DIRETORIA DE TEC. INFORMACAO E COMUNICACAO			
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO			
Data de Emissão				

CNPJ/CPF/UG				
Credor				
Endereço				
Cidade		UF		CEP

Origem Material				
-----------------	--	--	--	--

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES

No Processo		Acordo		
Tipo de Empenho		Ref Dispensa		
Licitação		Modalidade		
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC

Valor do Empenho R\$				
----------------------	--	--	--	--

Cronograma					
	<table><tr><th>Mês</th><th>Valor</th></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	Mês	Valor		
	Mês	Valor			

Sequência		Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					



# Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

NOME DA AUTORIDADE COMPETENTE  
XXX.XXX.XXX-XX  
**Ordenador da Despesa**

Responsavel pela emissão	
--------------------------	--



Modelo referente a planilha de proposta



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação**  
**Pregão Eletrônico nº 90013/2026**  
**Processo nº 057.00175330/2026-21**

Item	Quantidade	Descrição do serviço ou do material (Conforme necessidade)	Valor Unit.	Valor Total
01	90	Medalha "Cel PM Antônio Moreira Soares de Azevedo"		
02	90	Medalha "Cinquentenário do Centro de Processamento de Dados"		
03	60	Medalha "Mérito de Telecomunicações - Cel PM Manoel de Jesus Trindade"		

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)

## MODELO DE DECLARAÇÃO

### MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº 90013/2026, Processo nº 057.00175330/2026-21, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

\_\_\_\_\_  
(Nome/assinatura do representante legal)